

EDUCAÇÃO INFANTIL: TEORIAS E PRÁTICAS

Juliana Regina dos Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

jhu.reginna@hotmail.com

Raissa Garcia Lopes

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

raissagl@outlook.com

Maria das Graças de Oliveira Pereira

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN

mary_ta_oliveira@hotmail.com

Resumo:

A história da educação infantil tem revelado que as crianças em desenvolvimento não mais ocupam um lugar desconhecido, pois elas passaram a ser compreendidas e além de tudo percebidas, logo é na infância, que se desenvolvem as características mais importantes para o equilíbrio e inteligência do sujeito. Pensando nestes elementos, objetivamos para este trabalho avaliar escolas da rede pública e privada de ensino que oferecem a educação infantil. Temos por fim, evidenciar a importância da educação infantil no processo de construção do conhecimento da criança. Para isso, abordaremos como se efetiva as políticas públicas educacionais na área da educação infantil e do campo, através da realização de uma pesquisa feita por meio de questionários destinado as instituições pesquisadas com o intuito de compararmos o que está exposto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) com a forma de administração e desenvolvimento das instituições, incluindo seus aspectos financeiros, pedagógicos e administrativos. Diante disso, foram coletados dados das escolas da cidade de Lagoa Nova, RN: Unidade Municipal de Educação Infantil Maria de Lourdes de Medeiros (pública), Centro Educacional Altiva Santos (privada) e a Unidade Escolar XIII Santa Rita (pública do campo). E para a escolha metodológica, partimos de pesquisas de campo e observação, que nos conduziram as respostas para nossa investigação, norteando e fundamentando nosso trabalho por intermédio das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (2013), Piaget (2000), Vygotsky (1998). Diante dessa pesquisa, constatamos as disparidades da lei comparando a teoria com a prática, além das diferenças entre as próprias escolas.

Palavras-chave: Educação infantil, educação do campo educação privada, iniciação escola.

1 Introdução

No século XX, professores e estudiosos da educação começaram a discutir sobre o desenvolvimento infantil, percebendo que o ensino na educação infantil, através de atividades lúdicas, proporcionava o desenvolvimento intelectual aproveitando as potencialidades da criança facilitando assim a aprendizagem do ler e escrever, considerando o desenvolvimento a

partir do conceito de um ser humano enquanto sujeito histórico, como um processo que ocorre no conjunto de aspectos cognitivos, afetivos e sociais.

Diante disso, a escolha do nosso tema de estudo foi desenvolvida através dos inúmeros questionamentos advindos sobre o tema no cotidiano escolar, de tal modo, nesse artigo abordaremos como se efetiva as políticas públicas educacionais na área da educação infantil e do campo, como um mecanismo que proporcionará acessibilidade e conhecimentos essenciais para profissionais da educação e demais interessados.

Buscamos entender a relevância da educação infantil para o aprendizado e desenvolvimento das crianças que são sujeitos históricos, sociais e culturais. Dessa forma, como objetivo geral, buscamos apontar a importância desta educação de forma objetiva, na qual visamos analisar e comparar as discrepâncias das instituições pesquisadas, igualmente, de que maneira isso afeta diretamente para o desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Como objetivos específicos, a intenção foi conhecer as mudanças quanto ao histórico evolucionar da educação infantil no Brasil bem como de que maneira acontece este desenvolvimento e aprendizagem quando relacionado com a criança é inserida em um contexto escolar, destacando a importância de ter a educação infantil como etapa fundamental da educação básica, e formadora dos pequenos. A pesquisa foi arcabouçada por meio da observação de documentos, tendo assim uma parte bibliográfica atendendo a fundamentações teóricas de Andrade (2010), Moreira e Lara (2012), Lei de Diretrizes e Bases (1996).

2 Metodologia

O procedimento metodológico que norteou o trabalho foi o método indutivo, visando na sistematização do raciocínio. Consequentemente, fizemos uma pesquisa de campo, observando três instituições diferentes uma pública, uma do campo e outra privada. Planejamos um trabalho de campo que constituiu parte de um experimento científico. Sendo uma atividade realizada onde o fenômeno estudado ocorre, englobando a coleta e/ou registro de dados e comparações.

Na pesquisa descritiva pautamos o objetivo de descrever as características e funções. Sabendo que dois métodos poderiam ser empregados, método survey¹ e método de

¹ Pesquisa que permite realizar levantamento em condições controladas a partir de subconjuntos da população chamados amostras e selecionadas ao acaso ou em função de características particulares. São dados quantitativos passíveis de análise e de generalizações, que possa descrever grupos/pessoas (ou explicar), no próprio ambiente; controla-se a amostra (o ambiente + a amostra, que dá condições de generalização). Freitas, H., Oliveira, M., Saccol, A. Z., & Moscarola, J. (2000).

observação; onde survey (ou comunicação) é o modo de abordagem da pesquisa e observação por ser observação pessoal, observação mecânica, análise de conteúdo e análise de sinais. Vale destacar que realizamos uma pesquisa por meio de questionários nas instituições, na cidade de Lagoa Nova - RN para podermos comparar com o que está exposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), dessa forma, analisar a administração e desenvolvimento das instituições, incluindo seu aspecto financeiro, pedagógico e administrativo, revelando suas discrepâncias tanto em seu ensino público, como privado.

Para melhor detalhamento e desenvolvimento da pesquisa dividimos em três fases, na qual a primeira fase é de construção, abordamos a importância da educação infantil e do seu desenvolvimento ao longo da história e os planos governamentais que contribuíram para a efetivação do primeiro contato das crianças com a escola.

Na segunda fase realizamos a análise juntamente com os resultados obtidos, por meio das informações coletadas através das observações e questionamentos coletados dos profissionais da educação infantil que aconteceu mediante a contribuição de uma diretora, uma coordenadora, uma professora e uma gestora de pré-escola pública e uma coordenadora do ensino privado. O campo de investigação foi às escolas: Unidade Municipal de Educação Infantil Maria de Lourdes de Medeiros (pública), Centro Educacional Altiva Santos (privada) e a Unidade Escolar XIII Santa Rita (pública do campo) ambas situadas no município de Lagoa Nova – RN.

Na terceira e última fase abordaremos as semelhanças e diferenças entre o que está na LDB e o que ocorre na prática nessas instituições, com base na pesquisa feita para o desenvolvimento dos nossos fundamentos e concepções. Nosso principal objetivo se voltará à procura da importância e as diferenças que a educação infantil pode trazer na vida dessas crianças, como também se as políticas e projetos estão presentes e estão sendo seguidos conforme apresenta a lei 9394/96.

3 A importância da educação infantil relacionado ao desenvolvimento do ser humano

É na educação infantil, com crianças de idades entre 3, 4 e 5 anos o momento de possível desenvolvimento de forma espontânea, ela aprende brincando e interagindo, consegue estabelecer as primeiras relações e passa a ter contato com a sua faixa etária, com isso está sendo estimulada, e isso contribui para o seu aprendizado futuro, pois desenvolve suas capacidades motoras, de autonomia, relacionamento social e afetivo. O contato das

crianças nesta fase, com os educadores transformam-se nas primeiras relações de aprendizado formal ao ambiente escolar, é relevante compreender que a criança precisa estar em um ambiente favorável ao seu crescimento.

Ao falarmos sobre o processo de educação em meio à escola, Moreira e Vasconcelos (2003) descrevem a escola na infância como o momento em que “[...] a escola tornou-se uma instituição fundamental na sociedade, quando a infância passou a ser vista como fase dotada de diferenças” (MOREIRA & VASCONCELOS, 2003, p.171).

O ensino de base infantil cumpre conduzir a criança à socialização, por isso, os alicerces do processo de aprendizagem devem ser sólidos. Acredita-se que os primeiros anos de vida na instituição escolar são cruciais na formação da criança, se tratando de um período de construção da sua identidade e grande parte de sua estrutura física, socioafetiva e intelectual. Elas possuem comportamentos muito particulares que se refletem – e, por consequência, são facilmente percebidos – no modo como aprendem. Na primeira infância, os pequenos vão definindo traços de personalidade que carregarão durante toda a vida, mas necessitam de estímulos específicos para que desenvolvam com eficiência as linhas comportamentais e os aprendizados elementares nessa fase.

É perceptível que precisam de assistência, cuidado e de educação dirigida, que lhe possibilitem um amplo desenvolvimento de suas faculdades mentais e físicas, contudo a educação familiar aliada à escolar permitirá que a criança ultrapasse as diversas transformações que ocorrerá ao longo de sua vida, de forma equilibrada e sadia.

Um elemento que merece especial atenção é a função exercida pelo ato de brincar no processo educativo, conduzir ludicamente, para as descobertas cognitivas de relação interpessoal e de inserção social.

A brincadeira leva ao conhecimento da oralidade, escrita, e dos códigos matemáticos. Piaget (1967) diz, que “o jogo não pode ser visto apenas como divertimento ou brincadeira para desgastar energia, pois ele favorece o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e moral”. Diante disso, temos consciência da criança sendo um ser biológico, no qual percorre diversas etapas do processo de aprendizagens básicas, desenvolvimento da linguagem, no qual vem a contribuir para criança compreender melhor o mundo que a rodeia. Podemos notar também que jogos coletivos permitem ampliação das interações sociais, das capacidades linguísticas e do senso moral e que qualquer jogo exige estratégia e capacidades cognitivas.

Durante o processo algumas apresentarão dificuldades e outras facilidades, e o ambiente escolar deverá apresentar um suporte lidar com diversas formas de ensino aprendizagem, pois através desse ensino de base a criança tem a possibilidade de conhecer suas características e

habilidades e assim trabalhar a partir delas. Segundo o Referencial Curricular vol.2 (1998, p.11): “A possibilidade de desde muito cedo efetuarem escolhas e assumirem pequenas responsabilidades favorece o desenvolvimento da autoestima, essencial para que as crianças se sintam confiantes e felizes”.

O processo de qualidade em que a educação infantil vem se implantando é devido as várias medidas que são adotadas enquanto políticas públicas de educação básica. Políticas que visam uma melhor e mais eficaz adaptação da mesma, denominadas em todas as suas instâncias de espaço e conteúdo, que agora deixam de ser somente assistencial e passam também a exercer o caráter educacional e formativo, no que diz respeito aos aspectos físicos e cognitivos da criança.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Infantil (PCNs) propõem critérios curriculares para o aprendizado em creche e pré-escola. Buscam a uniformização da qualidade desse atendimento. Indicam as capacidades a serem desenvolvidas pelas crianças: de ordem física, cognitiva, ética, estética, afetiva, de relação interpessoal, de inserção social e fornecem os campos de ação. Nesses campos é especificado o conhecimento de si e do outro, o brincar, o movimento, a língua oral e escrita, a matemática, as artes visuais, a música e o conhecimento do mundo, ressaltando a construção da cidadania. Além disso, é necessário identificar parâmetros essenciais de ambientes físicos que ofereçam condições compatíveis com os requisitos definidos pelo PNE, trazendo uma nova ordem de ampliação e organização:

A organização do espaço físico das instituições de educação infantil deve levar em consideração todas as dimensões humanas potencializadas nas crianças: o imaginário o lúdico, o artístico, o afetivo e o cognitivo. (BRASIL 1998, p. 58).

Dessa forma, procuramos identificar parâmetros essenciais para a concepção e a construção de um ambiente físico que ofereça condições compatíveis com os requisitos de infraestrutura definidos pelo PNE, com os conceitos de sustentabilidade, acessibilidade universal, bem como com a adequação funcional necessária para o desenvolvimento da proposta pedagógica.

O que se espera desses ambientes educacionais, é que realmente cumpram as expectativas quanto à qualidade física. Portanto devem estar vinculado a um trabalho planejado a partir de uma proposta pedagógica, que deve iniciar antes do início do ano letivo, levando em consideração oportunidades específicas de cada criança para que ocorra sua aprendizagem, visando uma maior organização e qualificação pedagógica dentro do ambiente escolar.

Está claro que essas exigências serão cumpridas se houver a atuação desse profissional da educação infantil, com isso fica claro pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Infantil que:

Art. 62 A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, [...] como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras series do ensino fundamental. (BRASIL, Lei 9394/96)

As diretrizes ainda defendem para a formação deste profissional:

Aspectos que tornam essa formação bastante abrangente no que diz respeito aquilo que se espera de um professor de Educação Básica, ao mesmo tempo em que buscam garantir a especificidade da educação que acontece nas várias etapas e modalidades desse nível educacional (BRASIL, 1998, p. 40).

A educação infantil então passa a ser vista como uma educação indispensável, acontece também várias políticas que se integram a ela, o que à objetiva, como uma formação que deva atender aos padrões de qualidade para a educação.

A compreensão das políticas para a Educação Infantil no Brasil, de seus postulados, diretrizes e programas diante do contexto mundanizado, vai além da realidade meramente brasileira. As diversas e contínuas mudanças na economia e na cultura, que aqui provocam transformações sociais, ocasionam também modificações universais no funcionamento das famílias e na educação das crianças em todas as camadas sociais. (MOREIRA E LARA, 2012, p. 88).

A educação infantil revela-se importante para uma aprendizagem efetiva, pois ela socializa, desenvolve habilidades, melhora o desempenho escolar futuro, propiciando à criança resultados superiores ao chegar ao ensino fundamental, sendo assim, se torna o alicerce que prepara a criança para as próximas etapas de ensino.

4 Análise e discussão dos dados

Como dito em outros momentos neste trabalho, foram construídas entrevistas para a coleta de dados desta pesquisa; as entrevistas foram divididas em questionamentos nas áreas de interesse, perguntas voltadas a instituição, financiamento, administração, pedagógico e professor, com perguntas abertas, numa visão qualitativa e descritiva, as quais foram feitas as duas coordenadoras, uma gestora, uma diretora e uma professora.

Deste modo, buscamos descrever na análise de dados a relevância de nossa pesquisa, levando em conta a finalidade de avaliar como essas escolas estão fazendo seu papel e se estão seguindo às diretrizes curriculares e a LDB. Será nomeada escola 1 como pública, a escola 2 como privada/particular e a escola 3 como do campo/rural.

Na escola 1, tivemos acesso a coordenação, gestão e professores, na escola 2 apenas a coordenação, na escola 3, foram apenas coletados os dados necessários com a diretora do Centro Municipal de Ensino Rural Nazaré Xavier de Góis, isto é, não tivemos obtenção direta da escola, apenas as informações cabíveis sobre a instituição, fornecidas pela diretora.

Nas perguntas voltadas a instituição, foi questionada a quantidade de alunos, a faixa etária atendida, a quantidade de professores e se havia alunos com deficiência. Na escola 1, totalizavam 170 alunos com idades entre 3 a 5 anos e 11 meses e 15 professores, entre eles, 8 titulares e 7 bolsistas, com a existência de 1 aluno com deficiência do tipo física que segundo a gestora, não necessitava de acompanhante.

As mesmas indagações foram feitas a coordenadora de escola 2, que oferecia também o ensino fundamental I e II. Nesta escola a quantidade de alunos nessa faixa era menor: com 36 alunos em idades entre 2 anos e 8 meses até os 5 anos e 11 meses, 4 professoras e apenas 1 aluno com deficiência, do tipo intelectual (autismo) que foi justificada a ausência do cuidador pela coordenadora: “Nós temos um aluno com deficiência, ele é autista, mas é um autismo leve, segundo os exames que foram feitos, é um autismo leve, não necessita de cuidador”.

Na escola 3, assim como na escola 2 atendia alunos do ensino fundamental, tinham apenas: 9 alunos na educação infantil, com idades entre 4 a 5 anos e 11 meses, nenhum com deficiência e apenas uma professora que atendia todos eles em única sala.

No segundo quesito, relacionado ao financiamento as interrogações tratadas tinham como interesse saber se a verba era de instituição pública ou privada, se recebiam algum recurso de programas sociais e se existia algum fornecedor sem fins lucrativos.

Na escola 1 existia verbas de instituição pública, não tinha outros recursos, tampouco fornecedor sem fins lucrativos. Na escola 2 a verba era privada, vinda apenas das mensalidades dos alunos, sem outros fins lucrativos. Na escola 3, como na escola 1, recebiam verba de instituição pública, porém sem outros fins lucrativos.

Em relação à administração, foram debatidos pontos como: distribuição de verba, existência de conselho escolar, prestação de contas com a comunidade escolar. A escola 1 relatou a destruição da verba para material de limpeza, aparelhos tecnológicos, material de apoio pedagógico, conserto de alguma coisa na escola, dentre outros. Há um conselho no qual é composto por representante de professores, representante de pais, representante de apoio

técnico administrativo, tesoureiro, secretário e presidente. A prestação de contas é feita por meio de assembleia. A escola 2 usa os recursos para pagar os funcionários, manutenção do espaço e compra de equipamentos, não existe conselho nem prestação de contas. A escola 3 distribui o dinheiro de acordo com as necessidades, entre capital e custeio, com a existência de um conselho escolar e um conselho de caixa, a prestação de contas é feita em assembleia, na qual é apresentada as notas fiscais.

Na área pedagógica, indagamos a presença de um plano pedagógico, escolha do material didático e projetos desenvolvidos. A coordenadora da escola 1, referêcia usar as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil e o Projeto Político Pedagógico (PPP) que é um documento que contém os aspectos que a escola deve cumprir. Quanto ao material ofertado para a escola no que diz respeito ao desenvolvimento de seus projetos tem reação de dependência com relação a verba que vem do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) ou por materiais disponibilizados pela secretaria de educação. Relata em seu depoimento as dificuldades ofertadas na escola para seu desenvolvimento, mas que diante das adversidades a escola produz diversos projetos pedagógicos tais como: projeto de adaptação e socialização; alimentação saudável; mostra literária; semana da pátria; projeto festejos juninos; semana da criança; semana da mãe. A coordenadora da escola 2 argumenta o seguimento das diretrizes curriculares nacionais, utilização do sistema positivo da editora positivo como material pedagógico, e enumera alguns projetos desenvolvidos: projeto da água; projeto de identidade e autonomia; projeto animais e brincadeiras regionais. A diretora, que comenta sobre a escola 3, explica que existe o PPP como plano pedagógico, o material é escolhido em avaliações e diagnósticos de acordo com a necessidade da escola e os projetos são vários: meio ambiente; saúde na escola; exploração sexual; higiene bucal; entre outros que são elaborados ao longo do ano letivo.

As perguntas geradas em relação aos professores tinha como função investigar as orientações dadas para trabalhar, se tinha material para desenvolver as aulas, como eram feitas as análises dos alunos e se enfrentavam alguma dificuldade no âmbito de sala de aula. A professora, formada em pedagogia com especialização em metodologia do ensino, da escola 1, discorreu sobre o assunto, primeiramente falando das orientações para trabalhar: “Somos orientados a trabalhar com o lúdico, sempre com brincadeiras e formas de envolver a criança, nessa idade eles aprendem mais brincando”. É uma fase de grandes descobertas e desenvolvimento para a criança e sua atenção é facilmente conquistada com o lúdico, dessa maneira torna-se mais fácil trabalhar e alcançar as competências desejadas.

A professora ressalva ainda, que nem sempre tem material para desenvolver as aulas: “Falta suporte pedagógico, às vezes tiramos do próprio bolso, temos que nos “rebolar” para trazer algo diferente para sala de aula”. Infelizmente concluímos que em teoria tudo ocorre perfeitamente, mas na prática muitos profissionais se encontram prejudicados e sem condições de realizar suas funções como desejado e esperado.

Quanto à avaliação dos alunos, informa que é feita por meio de relatórios, destacando a oralidade, escrita, movimentos e relacionamento. Quando levantadas as dificuldades ela diz: “Os principais desafios são criar mecanismos para desenvolver as atividades”. Visto que, os professores nem sempre tem materiais suficientes ou adequados para desenvolvimento das aulas é compreensível entender a dificuldade citada.

Na escola 2 não tivemos acesso aos professores, entretanto a coordenadora redarguiu alguns pontos. Explicou a existência de um planejamento semanal, com material para desenvolver as aulas sempre, material este que é disponibilizado pelos pais no início do ano letivo, as demais coisas a escola oferece. A análise também é feita por meio de relatórios, os desafios/dificuldades não foram levantados.

Na escola 3, não tivemos acesso aos professores, muito menos ao coordenador, no entanto a diretora do Centro Municipal de Ensino Rural pautou algumas questões que de acordo com ela: é feito um planejamento com o coordenador da escola juntamente com os professores para tomar as direções em sala de aula, sempre há material para desenvolver as aulas, com avaliações contínuas e relatadas. E ainda faz uma observação: “Acredito que as escolas do campo, hoje em dia, estão muito capacitadas”. As dificuldades não foram apontadas.

4.1 Teorias e práticas, discutindo a lei.

O papel da educação infantil no Brasil foi dar assistência em detrimento de propostas pedagógicas. Ainda hoje este é o grande desafio das instituições públicas que atendem a esta faixa etária. Mas a LDB determinou colocar a creche e a pré-escola dentro do sistema de ensino, passando a ser instituição educacional, pois não pode haver educação para essa faixa etária sem o cuidado com sua alimentação, higiene, saúde, desenvolvimento físico e motor.

Como a educação envolve processos que vão além da escola, é importante destacar que nela estão listadas principalmente as obrigações do Estado. Tradicionalmente, as construções escolares seguem um programa de necessidades previamente estabelecido pelas Secretarias de Educação.

A construção de uma unidade de Educação Infantil demanda planejamento e envolve os estudos de viabilidade, a definição das características ambientais e a elaboração do projeto arquitetônico, incluindo o projeto executivo, o detalhamento técnico e as especificações de matérias e acabamentos. Mas para alcançar o que a legislação determina e o que se entende por atendimento integral e integrado, ainda teremos que fazer grandes progressos nos aspectos administrativos, como também na prática pedagógica.

A escola é constituída de muito trabalho e seguimento do que está nas leis, para melhor alcançar uma educação de qualidade. As escolas públicas de ensino infantil estão distante daquilo que preconizam as leis, as diretrizes e os referenciais. Centrada no cumprimento às obrigações burocráticas, a escola de educação infantil de que se tem notícia parece esquecida daquilo que justifica a sua existência. De acordo com as visitas feitas nas instituições é perceptível a discrepância entre ambas e as distantes realidades de existir uma escola de acordo com o que está exposta na LDB.

É visível perante os resultados das pesquisas e por uma vistoria feita as, o déficit em verbas destinadas às escolas públicas, pois onde foi feita a coleta de resultados recebe apenas o PDDE para suprir necessidades básicas e extremas e com essa realidade escassa os profissionais dessa instituição tem que arcar com os materiais de apoio pedagógicos para poder desenvolver a aula planejada. Quando partimos para a estrutura física da instituição constatamos a falta de acessibilidade para alunos portadores de deficiência e também uma estrutura física a desejar comparada pela regência da LDB:

- Recepção – espaço destinado a acolher os familiares e a comunidade. Deve ser planejado como um ambiente agradável, aconchegante, contando com cadeiras e quadro de informes. Espaço para entrada e saída das crianças, devendo possibilitar a segurança destas.
- Secretaria – espaço de fluxo e arquivo de documentos, bem como de recepção dos que chegam à instituição. Deve contar se possível, com: computador e impressora, mesa e cadeira, arquivos, telefone, quadro de chaves.
- Almoxarifado – espaço para a guarda de material pedagógico e administrativo. Além do almoxarifado, as instituições devem prever espaços para a guarda de brinquedos maiores, colchonetes, cenários, ornamentos, dentre outros.
- Sala de professores – espaço de encontro, reflexão, formação, troca de experiência, planejamento individual e coletivo, momentos de privacidade para o professor. Deve contar se possível, com equipamentos e mobiliários como: computador e impressora, mesa para reunião, cadeiras, armário individualizada e bancada para pequenos lanches.

- Sala de direção e coordenação – na mesma linha de discussão sobre a sala dos professores, os dirigentes da instituição precisam igualmente de um espaço mais privado para seu trabalho, para realizar reuniões com pais e professores, entre outras atividades.
- Os banheiros - infantis devem ser implantados próximos às salas de atividades, não devendo ter comunicação direta com a cozinha e com o refeitório. Devem ser previstos banheiros de uso exclusivo para adultos, podendo acumular a função de vestiário, próximos às áreas administrativas, de serviços e pátio coberto.

Já comparados à escola privada, apesar de muitas coisas não estarem de acordo com o que pede a lei, percebemos um ambiente mais acolhedor, cheio de recursos e materiais diversos tanto para resolver questões internas escolares como para desenvolver projetos. Ressaltando ainda que a escola privada oferece um material diferenciado, nele acompanha um livro dividido em dois módulos, que de forma mais lúdica ajuda a obter um desenvolvimento mais eficaz, oposto ao ensino público que dependem de um material doado.

Diante disso destacamos que a ausência de políticas públicas e o descaso do estado provocaram a falta de planejamento e de criação de infraestrutura adequados para o atendimento dessa faixa etária em escolas públicas. O não investimento resulta na precariedade das instalações de muitas instituições de atendimento às crianças de 0 a 5, inclusive, na citada em nossa pesquisa.

Além da precariedade ou mesmo da ausência de serviços básicos, outros elementos referentes à infraestrutura atingem tanto a saúde física quanto o desenvolvimento integral das crianças. Entre eles está a inexistência de áreas externas ou espaços alternativos que propiciem às crianças a possibilidade de estar ao ar livre, em atividade de movimentação ampla, tendo seu espaço de convivência, de brincadeira e de exploração do ambiente enriquecido. (BRASIL, 2006, p. 10).

5 Conclusão

A educação infantil, enquanto etapa inicial da Educação Básica é de uma importância singular, no desenvolvimento e formação da criança. É preciso reconhecer que a Educação Infantil precede a trajetória escolar da criança, e que isso é significativo. Levando em conta a faixa etária a que se destina, a escola de educação infantil deveria oferecer um ambiente acolhedor e rico em possibilidades, no qual e a partir do qual os sujeitos pudessem desenvolver o mais possível suas potencialidades. No que diz respeito aos professores, a especificidade da educação infantil sugere formação específica.

A pesquisa nos revelou que o conceito de criança e infância passou por transformações ao longo da história e o surgimento das creches se deu a partir de mudanças ocorridas na sociedade. Deste modo, ambos se constituem em um grande avanço para a conquista dos direitos das crianças pequenas.

De acordo com a pesquisa documental, denota-se que a legislação valoriza o espaço físico como elemento educativo e que deve ser planejado para promover, além do cuidar e do educar, a sensação de segurança e confiança, contato social e privacidade, apoio, estímulo e aconchego. A pesquisa nos revelou ainda avanços, no sentido de firmar a valorização do espaço das creches. Porém, a pesquisa de campo comprovou que na prática estes preceitos teóricos e legais não se cumprem.

Neste trabalho, os elementos que constituem a escola de Educação Infantil culminaram na projeção de uma escola ideal, capaz de rever seus princípios e práticas sempre que necessário, sem perder de vista seus objetivos, na qual prevaleça o sentimento de satisfação e não de angústia ou aprisionamento. Pelo esforço coletivo, talvez se possa transformar a escola ideal numa escola real, que satisfaça as necessidades de desenvolvimento e socialização da criança.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, LBP. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais**. São Paulo: UNESP, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº. 9.394, de 20 de dez. 1996.

Secretaria de Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica>> Acesso em: 18 de outubro de 2016.

Lei Nº 9.394, De 20 De Dezembro De 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 18 de outubro de 2016.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, MEC, 2002.

Ministério da Educação. Secretaria da Educação. **Parâmetros Básicos de infra-estrutura para instituições de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2006.

MOREIRA, JAS; LARA, AMB. **Políticas públicas para a educação infantil no Brasil**. Maringá: Eduem, 2012.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**. 2. ed. Tradução de Álvaro Cabral Rio de Janeiro: Zahar, 1975.